

O JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA POLÍTICA: OS DISCURSOS REPUBLICANOS DO *O DEVER* E AS CONCEPÇÕES FEDERALISTAS DO *CORREIO DO SUL*

Alessandro Carvalho Bica¹
Berenice Corsetti²

Resumo: Este artigo é resultado da tese de doutoramento: A Sistematização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS. Neste sentido, pretendemos estabelecer diálogos historiográficos entre os discursos presentes nos jornais *O Dever* e *Correio do Sul* nas primeiras décadas do século XX no Estado do Rio Grande do Sul, bem como, possibilitar o uso desta fonte na construção de narrativas da história política da Primeira República, subsidiando nossas análises pelo prisma da metodologia da análise documental (Corsetti, 2006; Pimentel, 2001.), constituindo um arcabouço empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não-escrito dos documentos.

Palavras-chave: Jornal; História Política; História de Bagé.

THE NEWSPAPER AS THE SOURCE OF RESEARCH FOR POLITICAL HISTORY: REPUBLICANS SPEECHES OF *O DEVER* AND FEDERALIST CONCEPTIONS OF *CORREIO DO SUL*

Abstract: This article is the result of the thesis: The Systematization of Municipal Public Education in the Government of Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) in the city of Bage / RS. In this sense, we intend to establish dialogues between historiographical discourses present in the newspapers *O Dever* and *Correio do Sul* in the first decades of the twentieth century in the state of Rio Grande do Sul, as well as, enable the use of this source in the construction of narratives of political history of the First Republic, we subsidize our analysis through the prism of documental analysis (Corsetti, 2006; Pimentel, 2001), providing an empirical framework able to articulate the relationship between the written and non-written documents.

Keywords: Newspapers; Political History; History of Bage.

¹ Drº em Educação, Coordenador do GEEHN (Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas) da Unipampa/Bagé. Endereço: Rua Travessa, 45, nº 1650, Bairro Malafaia, Bagé, RS, Brasil. e-mail: alessandro.bica@unipampa.edu.br

² Drª em Educação. Endereço: Av. UNISINOS, 950, Centro de Ciências Humanas Campus Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil, bcorsetti@unisinos.br

As querelas políticas entre republicanos e federalistas

Entendemos que a pesquisa histórica focalizada nos periódicos³, semanários e jornais publicados no início do século XX, possibilitam uma série de indagações teóricas e novas operações individuais da pesquisa historiográfica, estes são permeados por singularidades que permitem uma visão mais complexa e rica do passado, resgatando vozes e contextos muitas vezes suprimidos pelos documentos oficiais.

Portanto, as pesquisas em jornais demonstram à centralidade deste tipo de fonte para as pesquisas em história e história da educação, visto que nos autoriza a vislumbrar as histórias da cotidianidade, dos aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais, construídas pela multiplicidade de seus indivíduos.

Deste modo, é possível pensar que nas páginas dos jornais **O Dever** e do **Correio do Sul** editados na cidade de Bagé durante as primeiras décadas do século XX, sejam encontrados discursos das disputas políticas, dos confrontos ideológicos, dos tencionamentos cotidianos e da divulgação das idéias republicanas e/ou federalistas. Neste sentido, o olhar sistematizado sobre estes jornais como fontes documentais, são imprescindíveis na compreensão das percepções dos relatos de sua época. Em relação a estes novos olhares sobre a imprensa como fonte de pesquisa, e as suas relações com a História da Educação, Nóvoa alerta (1997: 31):

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Entende-se que os estudos e pesquisas focalizados na imprensa periódica revelam uma rede de tencionamentos políticos e ideológicos que sustentam ou criticam os

³ Ao usarmos as expressões: semanário, periódico e jornal, entendemos que estes são publicações diárias ou não, que nos relatam notícias sobre fatos e acontecimentos, além das informações políticas, econômicas, culturais, literárias e educacionais. Sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa na área de história e história da educação, consultar: JANOTTI, M. L. **O Livro Fontes históricas como fonte**. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005; VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. **A Imprensa Periódica especializada e a pesquisa histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.73, nº 175, p. 407-430, set/dez. 1992; VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920**. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

discursos educacionais no início da República Brasileira. Os jornais sempre foram usados para descrever ações, opiniões e mudanças pretendidas pelos dirigentes do Estado e/ou por seus signatários, possuindo assim, uma importância como meio de divulgação das práticas cotidianas. Sobre a importância dos jornais como fonte de pesquisa Gonçalves Neto (2002: 201), afirma:

É principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas. Não nos esqueçamos de que a imprensa desse período é majoritariamente dependente do texto impresso, estando outras formas de comunicação, como o telefone e o cinema, ainda em seus primórdios.

Compreende-se então que nos jornais houvesse à defesa de discursos e ideologias políticas, de tendências educacionais, das características pedagógicas e de práticas morais, cívicas, culturais, sociais e também das escolares. Nesse viés, as notícias encontradas nos jornais **O Dever** e **Correio do Sul**, foram percebidas como um “retrato em preto e branco”⁴ da realidade educacional bageense, capazes de desvelar um espaço do passado e do tempo, que não fora descrito nas pesquisas sobre a história da educação.

Portanto, na perspectiva de compreender as disputas políticas e as diferenças ideológicas entre os signatários do Partido Republicano Rio-Grandense e do Partido Federalista na cidade de Bagé, recorreremos às notícias publicadas pelos jornais⁵ nas primeiras décadas do século XX.

O jornal O Dever

O jornal **O Dever** foi fundado em 15 de novembro de 1901, por partidários do Partido Republicano Bageense e considerava-se o órgão de divulgação e representante dos interesses do comércio e indústria do Estado do Rio Grande do Sul, sua periodicidade era de terça-feira a domingo, tinha direção de Thomaz Salgado, mas seu

⁴ A expressão *retrato em preto e branco* para as referências em pesquisas realizadas em jornais foi usada por FARIA FILHO, Luciano Mendes no artigo “*O jornal e outras fontes para a história da educação mineira no século XIX*” (2005).

⁵ Salienta-se que estes acervos de jornais, encontram-se preservados em dois lugares distintos. O acervo do jornal **O Dever** pode ser consultado no Museu Dom Diogo de Souza, situado à rua Emilio Guilain, 759. Já, o jornal **Correio do Sul** pode ser pesquisado junto ao Arquivo Público Municipal de Bagé, localizado na Rua Carlos Mangabeira, nº 20 – 2º andar, ambos no centro da cidade de Bagé.

principal diretor e redator foi Adolfo Luiz Dupont⁶. O pesquisador Cláudio Lemieszek (2010: 30) traz a seguinte consideração sobre a fundação do jornal: O principal deles foi o deputado republicano Adolfo Luiz Dupont, que acompanhou o jornal até sua extinção em 1937. Entre seus principais articulistas estavam Leonardo Truda, Lindolfo Collor e Theófilo de Andrade.

Neste sentido, os redatores do jornal **O Dever**⁷, em sua primeira edição datada de 15 de novembro de 1901 (p. 01), deixam evidentes os princípios republicanos e as suas intenções políticas, morais e intelectuais na configuração do periódico. Como podemos observar abaixo:

Portador de idéias elevadas lutará dignamente para incorporá-las ao patrimônio intelectual e moral do povo brasileiro. Os pontos cardeais de seu programa estão perfeitamente sintetizados na sábia constituição do estado. Na defesa e difusão dos princípios ali consagrados, empenhar-se-á com a fé de um templário, sem jamais tergiversar. É plenamente justificável todo o ardor que empregar nessa luta, pois a curta e tumultuária vida da republica, ai está para atestar a sabedoria e excelência desses princípios. Enquanto o resto do Brasil contorcesse nas agitações de uma demagogia (premente), e sua vida econômica e financeira com vasos de morte, o Rio Grande do Sul vai prosseguindo serenamente no seu itinerário de glórias e prosperidades, ladeando os escolhos, onde outros vão naufragar. É que nós temos na constituição do Estado um poderoso farol a iluminar o nosso caminho. Hoje todas as almas puras, todos os verdadeiros patriotas, todos os republicanos orientados voltam-se para o Rio Grande do Sul como terra da promessa. É em nossas leis que eles procuram o remédio para salvar da miséria e da anarquia o seu estado natal [...] Daí também a sua legítima submissão ao admirável organizador do Rio Grande, ao nosso oráculo político, ao chefe amado Dr. Julio de Castilhos, que para os republicanos aqui no sul com Washington, para os americanos do norte, é o primeiro na paz, o primeiro na guerra, o primeiro no coração dos seus concidadãos. Mas não é só nas lides da política que O Dever empenhará seus melhores esforços: bater-se pelo progresso de Bagé, fomentar o desenvolvimento de seu comércio, das suas indústrias e artes; colocar-se ao lado dos fracos na defesa de seus direitos é também meta de seu programa⁸. (grifos nossos).

⁶ Adolfo Luiz Dupont nasceu em Bagé em 21 de junho de 1886, filho de Charles Adolphe Dupont - reconhecido educacionista nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Bagé - e Maria Honorina Ramos. Bacharelou-se em Direito, foi Promotor Público nomeado em 1910, Deputado Estadual no período de 1921-1924 pelo PRR e Vice-Intendente eleito no período de 1925-1929, durante o Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira.

⁷ Em todas as citações diretas e indiretas transcritas dos jornais *O Dever* e *Correio do Sul*, optamos por respeitar a escrita usada por seus jornalistas, nesta perspectiva pretende-se possibilitar ao leitor deste trabalho uma visão mais acurada dos textos analisados.

⁸ As citações retiradas dos jornais *O Dever* e *Correio do Sul* e usadas no corpo deste artigo, não sofreram nenhum tipo de adequação a língua portuguesa atual, permanecendo como foram escritas no período estudado.

Ao analisarmos as impressões e os objetivos contidos na escrita, realizada pelos redatores do jornal **O Dever**, percebe-se à tônica ideológica da presença do periódico para a cidade de Bagé, como também para o Estado do Rio Grande do Sul. Se considerarmos que a imprensa é parte integrante da estrutura ideológica da classe dirigente, como aponta Gramsci (1982), pode-se afirmar que este jornal expressou fundamentalmente o pensamento republicano na cidade.

Neste sentido, entendemos que os republicanos do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Bagé⁹ se empenharam na construção do “mito de origem” (CARVALHO, 1990: 52), projeto que, segundo José Murilo de Carvalho (1990: 141), constituiu-se numa tarefa extremamente árdua e impraticável aos republicanos em nível federal, fato que se deveu à falta de representação popular do movimento em nível nacional, pois: **Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. O esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira [...] sem raiz na vivência coletiva a simbologia republicana caiu no vazio [...]**”.

Logo, a própria configuração do jornal também buscava a construção do mito do “líder carismático” em torno da figura de Júlio de Castilhos, fato este essencial para a continuidade do poder político-ideológico para a nascente República no Rio Grande do Sul (FÉLIX, 1998). A constituição deste mito-herói era necessária para a hegemonia dos republicanos no Estado, pois com um fundo profundamente positivista, quando de sua morte, Castilhos foi transformado quase em divindade, um apóstolo republicano, sendo tratado pelos seus seguidores pelo pronome “Ele”. Sobre esta sacralização do líder republicano, Félix (1998: 150) diz que:

[...] o uso constante do pronome Ele, grifado em maiúscula, substituindo o nome próprio de Júlio de Castilhos, aumenta a percepção de um ser distante, um longe/perto, presença que se manifesta mesmo sem ser vista. Cria um clima de misticismo e religiosidade, uma aura de sacralidade como fundante para o político.

Ainda sobre o papel onipotente e ideológico da figura de Julio de Castilhos para os republicanos bageenses, encontramos notícias nas edições do Jornal **O Dever**, de 29 de outubro de 1903 (p. 01) e de 24 de outubro de 1904¹⁰ (p. 02), respectivamente,

⁹ O município de Bagé localiza-se na região da campanha (fronteira oeste) do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo fronteira com a cidade de Aceguá/Uruguai.

¹⁰ Na mesma edição de 24 de outubro de 1904 (p.02), o Intendente José Octavio Gonçalves, edita o ato municipal de nº 70: **manda por em liberdade os presos de correção que se acham recolhidos aos postos policiais**. Ao publicar este ato, assim justifica o mesmo: **usando das faculdades inerentes a este cargo e querendo consagrá-lo á memória do distinto republicano dr. Julio Prates de Castilhos um acto**

convocando os republicanos para a missa de falecimento, em homenagem à **Memória do Grande Brasileiro e inesquecível Rio-Grandense** e dispensando do trabalho, os funcionários da Intendência em virtude do aniversário de um ano da morte de Julio de Castilhos.

No processo de análise destas duas notícias, percebemos a relevância da figura de Júlio de Castilhos na política estadual e na política bageense, visto que ambas notícias eram assinadas por José Octavio Gonçalves, Intendente Municipal, chefe do PRR municipal e homem de confiança de Júlio de Castilhos e do Governo Estadual. A institucionalização do ideário positivista ocorreu principalmente nos primeiros anos da República no Rio Grande do Sul e findaram-se com a morte de Júlio de Castilhos.

Neste sentido, é possível perceber que a exacerbação dos valores positivistas nos primeiros anos da República, era importante nas zonas de fronteira e especificamente na região da campanha gaúcha, área predominantemente pecuarista e charqueadora vinculada ao federalismo, na expressão de Félix (1987: 66-67):

Essa obediência, que era envolta pela mística do chefe, acentuava a comunhão de interesses, servindo, por esse motivo de coesão social e de legitimação política. Júlio de Castilhos inquestionavelmente fornecia o lastro carismático que aglutinava o partido. Com sua morte, esse suporte tem que ser suprimido, e aí entra a necessidade de organização, de hierarquização do partido, ou suas bases burocráticas. Houve um esforço de propaganda para justificar a ausência desta força carismática, e ela foi feita através da frequência, em doses homeopáticas, de máximas positivistas, principalmente acentuando a idéia da obediência, de que a submissão é à base de aperfeiçoamento. (grifos do autor)

Segundo Félix (1987), a morte de Julio de Castilhos causou a ausência desta força carismática e provocou uma crise interna no PRR, apesar da dedicação espartana de Borges de Medeiros, enquanto herdeiro político do carisma de Júlio de Castilhos. Axt (2007) argumenta que o período compreendido entre os anos de 1903-1908, foi considerado como o momento da Crise Hegemônica do PRR no Estado do Rio Grande do Sul. Sobre o período posterior a tensão interna do PRR, Axt (2007: 98), traz o seguinte comentário:

Construção da Hegemonia Borgiana - Entre 1908 e 13, durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros permanecia na chefia partidária e pôde organizar toda uma rede de compromissos e lealdades no interior. Entre 1903 e 1908,

significativo de zelo e amor pela liberdade, sentimento este que sempre mereceu os maiores devotamentos desse grande cidadão.

processaram-se inúmeras substituições de comandos políticos no interior do Estado. [...] Borges de Medeiros, por sua vez, pretendeu intervir de forma mais sistemática nos municípios, reforçando o poder administrativo do Estado. A partir de 1910, plenamente superada a crise de hegemonia de 1903 a 1910, a organização da rede de sustentação borgiana foi impulsionada pela estreita ligação com o governo de Hermes da Fonseca. Hegemonia Borgiana (1913-1918) - Ao reassumir a presidência do Estado em 1913, Borges de Medeiros consolidou novamente o conceito de chefia unipessoal, até então apenas almejado. (grifos do autor).

Deste modo, é preciso lembrar que após a morte de Gaspar Silveira Martins, ocorrida em 1901, o Partido Federalista sul-rio-grandense ainda buscava sua reorganização e desfossilização (Franco, 2007) política e ideológica. Sendo assim, podemos afirmar que o Partido Republicano Rio-Grandense Bageense não contava com uma oposição nos folhetins diários da cidade. Esta oposição ocorre mais diretamente após a criação do jornal o **Correio do Sul** no ano de 1914.

O jornal Correio do Sul

O jornal **Correio do Sul** foi fundado em 20 de setembro de 1914, pelos signatários do Partido Federalista da cidade de Bagé, sua periodicidade era de terça-feira a domingo, seus proprietários e redatores eram João Fanfa Ribas¹¹, Félix Contreiras Rodrigues, Heitor Mércio e Thomaz Cirne Collares.

Na página inicial da primeira edição de 20 de setembro de 1914, um fragmento do editorial **Quem somos e o que Queremos**, assinado por Fanfa Ribas, declara os princípios ideológicos, políticos e sociais do jornal **Correio do Sul**, bem como, sua vinculação irrestrita ao federalismo sul-rio-grandense, como observamos abaixo:

Bagé, a culta cidade dos livres pampas do sul, covadonga do Federalismo gaúcho, vem de longa data ressentindo-se da falta de um órgão de publicidade que reflita o pensamento do grande Partido oposicionista, no seio da comunhão brasileira. E é por isso, amparado no apoio generoso dos nossos amigos, e no assentimento

¹¹ Entre os seus principais fundadores e redatores, destaca-se João Fanfa Ribas, nascido em 1º de abril de 1869, filho de João Furtado Fanfa e Maria José Taborda Ribas. Entre os anos de 1886 a 1894, redigiu o Jornal do Comércio e foi secretário da Gazeta de Notícias ambos na cidade de Porto Alegre/RS. Hábil jornalista, Fanfa Ribas foi considerado como o profeta do Federalismo. (Lemieszek, 2010). Seus editoriais mereceram referência na obra literária de Érico Veríssimo (1995: 349): *Pelas notícias dos jornais, o velho acompanhava as proezas de Honório Lemes e seus guerrilheiros. Muitas vezes entrava no Sobrado erguendo o ar, como uma rósea bandeira de guerra, um número do Correio do Sul, e lia para a gente da casa e para os que lá se encontrassem o editorial assinado por Fanfa Ribas, que opinião de Badalo era o maior jornalista vivo do Brasil! Que estilo! Que coragem! Que coisa!*

confortador dos processos políticos, **o Correio do Sul aparece na arena do jornalismo, respeitoso e calmo, cômico de que saberá cumprir o seu dever de combatente**, correspondendo a confiança que lhe dispensam eminentes chefes, e satisfazendo, na altura de suas forças, a aspiração dos filhos desta terra. [...] **Na política do Estado, a nossa atitude é também de franca e leal oposição, não só a Carta de 14 de julho, como as praxes estabelecidas no departamento administrativo por S. Exc. O Sr. Dr. Borges de Medeiros, em quem reconhecemos excelsas virtudes de cidadão, a par da qualidade menos excelsas na sua organização de político. No tocante á vida do município, pedimos vênica ao digno patrício que desempenha atualmente as funções de chefe do Poder Executivo, e aqueles que o sucederem, para exercer a nobre missão de fiscalizar os atos do governo municipal, o que faremos sem prevenções nem má fé, [...] Tal será nossa conduta, encarada sob o ponto de vista político-partidário.** [...] a todas as causas justas oferece amparo este jornal [...] mesmo que o seja dos arraiais contrários. [...] aqui como no seio da nossa coletividade política, há lugar para todos: a nossa casa é hospitaleira como a tenda árabe. [...] É o nosso programa, com ele nos atiramos nos braços do povo. (grifos nossos). (O Dever, 20/09/1914, p.01)

Neste primeiro editorial do **Correio do Sul**, observamos posições ideológicas bem definidas contidas na elaboração do jornal, bem como, as evidências da sua produção e de seu caráter oposicionista ao Partido Republicano Rio-Grandense. Neste sentido, as interpretações e análises que podem ser feitas, a partir da leitura das notícias publicadas no **Correio do Sul**, após setembro de 1914, revelam o caráter da resistência empregada pelos Federalistas na cidade de Bagé, através das notícias escritas no órgão de publicidade que refletia o pensamento do grande Partido oposicionista.

Os embates ideológicos, as querelas políticas e as críticas à filosofia do Partido Republicano que começam a ser travadas pelos signatários do Partido Federalista nas folhas do **Correio do Sul**, são observadas, nas várias notícias presentes no jornal, inicialmente destacamos a censura em relação aos gastos do convênio da Intendência Municipal com o jornal **O Dever**, publicada em 05 de agosto de 1915:

O expediente da Intendencia Municipal de Bagé – Há mais de um mez terminou o periodo do contracto feito pela Intendencia Municipal desta cidade com a Empreza d’“O Dever”, para a publicação do seu expediente, serviço que esta sendo feito pelo preço elevadíssimo de quatrocentos mil réis mensaes. Attendendo ao estado precario das finanças municipaes, que obriga o nobre edil a vender os últimos terrenos que possui o municipio nesta cidade, conforme edital publicado, parece que por um natural escrúpulo s. s. devia tratar sem perda de tempo de reduzir esse pesado ônus, tanto mais que se affirma ser s. s. interessado na prosperidade da referida empreza jornalística. (grifos do autor) (O Dever, 05/08/1915, p.01)

Outra tônica encontrada nas notícias do jornal **Correio do Sul** está relacionada às questões relativas aos resultados eleitorais ocorridos na cidade de Bagé, bem como ao avanço federalista na região da campanha. Na notícia publicada em 30 de novembro de 1915, o editorial **O Reinado da Mentira – Factos Eleitorais de Bagé**, de Fanfa Ribas traz uma crítica enérgica ao deputado estadual Carlos Mangabeira, político republicano da cidade de Bagé:

Já nos julgávamos desobrigados de responder ao discurso do Sr. Carlos Mangabeira pronunciado na Assembleia do Estado, a proposito deste jornal e da politica de Bagé, por estarem sufficientemente rebatidas nestas columnas varias afirmativas. [...] Insistindo em affirmar que Bagé deixou de ser o baluarte inexpugnável do Federalismo, o Sr. Dr. Mangabeira solicitou dados comprobatorios ao Sr. Coronel Tupy Silveira lhe documentar o assunto. [...] **Não era a vitoria, mas a derrota, que mandavam embrulhadas num pergaminho com sello o carimbo, ao illustre Pyrrho da campanha de reabilitação do governo na Assembleia dos Representantes do Estado. Resam taes documentos que os pleitos de 1906, 1909, 1910, 1912 e 1915 deram os seguintes resultados:**

1906 (Federalistas 875 – Republicanos 832)

1909 (Federalistas 965 – Republicanos 801)

1910 (Federalistas 1024 – Republicanos 489)

1912 (Federalistas 1100 – Republicanos 1413)

1915 (Federalistas 1193 – Republicanos 1436).

Como se vê pelos proprios dados com que joga o nobre deputado, o federalismo não decresceu em Bagé [...] de accordo com augmento da população e com os trabalhos do alistamento. [...] O illustre deputado dr. Mangabeira, referindo-se ao pleito de 1912, disse que o Partido Republicano levou ás urnas 1400 e muitos eleitores. Vai nisso uma esperteza de s. exc., para não confessar que em 1915 a temperatura do prestigio situacionista cahiu de novo, [...] Aqui estamos nós, porém, para sahir em auxilio da memoria de s. exc., dando com precisão o resultado do dito pleito. A victoria de s. exc., na Assembleia consistiu, como se vê, em não haver naquella casa quem lhe quizesse pôr freio ás falsidades e ás espertezas. S. exc. Sahiu victorioso porque esgrimiou sósinho, atirando golpes ao vento. (grifos nossos) (Correio do Sul, 30/11/1915, p.01)

As apreensões sobre o quantitativo de eleitores republicanos e federalistas sempre foram motivos de preocupação dos dirigentes estaduais e municipais, obviamente em cidades, onde o federalismo exercia uma maior resistência política, os republicanos haveriam de contar e explicar os motivos do aumento ou da diminuição do número de votantes. A notícia publicada acima revela a preocupação dos republicanos e

a necessidade da exortação dos avanços do PRR na cidade de Bagé, pelo, então deputado estadual Carlos Mangabeira.

Esta preocupação em relação ao quantitativo de eleitores republicanos e a constatação de Fanfa Ribas, de que: **Como se vê pelos próprios dados com que joga o nobre deputado, o federalismo não decresceu em Bagé [...] de acordo com aumento da população e com os trabalhos do alistamento**, pode ser observada na carta do Intendente municipal Tupy Silveira dirigida ao chefe do PRR estadual, Borges de Medeiros em 26 de fevereiro de 1915.

Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros

Presado Chefe

Saudações respeitosas

Acuso o recebimento de vossa carta de 18 do corrente. **De facto, houve uma diferença para menos nesta última eleição comparativamente com a de 1912.** Como verificará pelos dois quadros que lhe remmeto e que cuidadosamente mandei extrahir dos livros de actas que serviram nas duas ultimas eleições, este desagradavel facto, foi devido ao resultado apresentado n'alguns districtos ruraes, que por desídia dos respectivos subintendentes, a eleição não teve a concurrencia da de 1912. Minhas vistas já se achavam voltadas para elles, e, com proveito para o partido, irei evitar a reprodução. [...]. Existe realmente no alistamento federal um numero extraordinário de eleitores que já perderam a capacidade politica, assim como grande numero de indivíduos que residem no estrangeiro e outros completamente desconhecidos. Deu a isto, a, em tempos anteriores, fazerem a inclusão, procurando a quantidade do que a qualidade dos eleitores. (grifos nossos)

A leitura da continuação da carta de Tupy Silveira, explica ainda que o Partido Republicano Bageense começava a arregimentar novos signatários, estes mais jovens e ligados ao setor do comércio da cidade e com capacidades intellectuais austeras na compreensão da doutrina republicana, evitando assim, a desqualificação dos resultados das eleições posteriores.

Em relação ao exposto sobre os fatos eleitorais acima arrolados, é importante mencionar que ao voltar ao Governo do Estado, Borges de Medeiros impõe uma Reforma Eleitoral em 14 de julho de 1913, que assegurava o sistema de representação proporcional para as minorias e um esquema mais correto do alistamento de eleitores. (Franco, 2007). Sobre esta mudança, Franco (2007: 156) faz a seguinte consideração:

[...] a Lei Eleitoral de 1913 representou um passo à frente, [...] induziu os municípios¹² a também reformarem suas leis eleitorais e a adotarem a representação proporcional nos conselhos municipais.

Neste sentido, compreende-se que as notícias publicadas pelos jornais **O Dever** (Republicano) e o **Correio do Sul** (Federalistas), demonstram as apreensões partidárias em relação aos acontecimentos políticos e aos processos eleitorais vivenciados nas décadas de 1910 e 1920, no Estado do Rio Grande do Sul.

Obviamente, não temos como contemporizar todos os acontecimentos, inflexões e antagonismos políticos desencadeados no Estado do Rio Grande do Sul através das folhas matutinas dos jornais de Bagé. Porém, como afirma Franco (2007), os mais ríspidos momentos políticos entre Federalistas e Republicanos, começam após o Congresso Federalista de 1917 e tem seu término, no ano de 1928, com a fundação da Aliança Liberal.

O Congresso Federalista de 1917

As primeiras notas, encontradas sobre o Congresso Federalista realizado no mês de março de 1917, na cidade de Porto Alegre, são mencionadas nos jornais da cidade de Bagé, antes mesmo do início do Congresso de Porto Alegre. Sobre este fato, o jornal **Correio do Sul**, traz na primeira página da edição de 09 de março, a seguinte notícia:

CONGRESSO DO PARTIDO FEDERALISTA

Organização e Instalação

A – Cada município do Estado terá no Congresso um delegado, escolhido em commicio partidario convocado pelo Directorio municipal ou quem suas veses fizer. Do mesmo modo será escolhido um supplente, devendo, porém, o delegado ter domicilio no municipio que o escolhe.

E – O Congresso será installado com a presença, pelo menos, de trinta e seis congressistas, no dia 25 de março proximo, em Porto Alegre.

G – Desde esse acto a Congresso, na plenitude da representação da soberania partidaria, [...] do mesmo Congresso a proposição e debate de proposições que possam implicar preterição de principios organicos da republica parlamentarista ou de sua continua propaganda, que é a rasão de ser do Partido Federalista, ou possam implicar restricções á

¹² Cabe, salientar que em 05 de novembro de 1913, José Manoel Rodrigues, Intendente Municipal provisório da cidade de Bagé, edita e publica o ato nº 154 que modifica a Lei Eleitoral do município, esta ação é reflexo das mudanças executadas no sistema eleitoral estadual. Assim como na Lei Estadual, que em seu art. 81 previa que: *Todas as opiniões políticas terão direito á representação proporcional ás suas forças eleitorais*, a Lei Eleitoral Municipal fazia o mesmo no art. 12, em relação ao Conselho Municipal da cidade. Sobre a Lei Eleitoral de 1913, consultar: http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/estudos_eleitorais/estudos_eleitorais.pdf.

sua autonomia em casos de cooperação e colaboração com elementos partidários a elle estranhos, em actos e situações politicas de conveniencia nacional, do Estado ou do mesmo partido.

Conselheiro Francisco Antunes Maciel

Estacio Azambuja

Presidente do Directorio

Secretario(grifos do

autor)

(Correio do Sul, 09/03/1917, p.01)

Ainda no jornal **Correio do Sul**, encontramos notícias sobre o referido Congresso entre os dias 29 e 30 de março de 1917, onde o jornal reproduz às notícias reportadas pelo Serviço Especial do **Correio do Sul**, estas observações relatam o **Novo Programma Partidario** do Federalismo sul-rio-grandense e a **Grande Manifestação** ocorrida nas ruas de Porto Alegre, após o término do Congresso. Das notícias publicadas na primeira página do jornal, faremos os seguintes destaques:

O Novo Programma Partidario

[...] Artº 5 – Alem das reformas propostas, o partido propugna pela reforma da bandeira nacional, para excluir o lemma positivista.

Art 6º - Na politica organica do Estado é programma do partido:

Unico – Substituir, por todos os meios politicos e juridicos apropriados, a carta dictatorial de 14 de julho de 1891, por uma constituição ajustada ao regimen e principios constitucionais da União, sendo o presidente do Estado eleito pela respectiva assembleia. [...]. (Correio do Sul, 29/03/1917, p. 01)

A Grande Manifestação

[...] O congresso reafirmou as tradições federalistas, desenvolvidas com clarividencia por Silveira Martins e sustentadas em nome da confraternização dos homens livres, que constituem uma verdadeira seita, no mais elevado sentido da palavra. [...] O programma de hoje é o mesmo velho programma, defendido na paz e na guerra, cujas theses fundamentaes de parlamentarismo, rebrilham nelle. [...] O órgão do governo riograndense, A Federação, qualificara de fosseis os parlamentaristas. [...] (Correio do Sul, 30/03/1917, p.01)

Em relação ao Congresso Federalista de 1917, o jornal **O Dever** reedita a publicação do jornal federalista Gaspar Martins da cidade de Santa Maria/RS, aproveitando-se das dissidências internas do Partido Federalista, os redatores do **O Dever**, usam a notícia para assegurar suas críticas ao deputado estadual santanense Rafael Cabeda¹³, tradicional político do federalismo sul-rio-grandense e ao presidente

¹³ Segundo Franco (2003), Rafael Cabeda, era adepto do jornalismo planfetério, sendo redator do Maragato publicado na cidade de Rivera (Uruguai), entre os anos de 1901 e 1918. Foi deputado federal pelo Partido Federalista em duas ocasiões (1915/1917 e 1921/1922) e liderava uma das facções do Partido, oposta à de Arthur Pinto da Rocha, também federalista que possuía o apoio dos federalistas da

do Diretório Federalista, Francisco Antunes Maciel Junior, político federalista da cidade de Pelotas. Desta notícia, faremos o seguinte destaque:

Política Federalista

[...] O partido nunca esteve unificado e nem podia estar. Só um homem de talento deslumbrante ou muito dinheiro poderia ter forças para impor-se a um partido de oposição e anarchizado como o federalista, e o Sr. Cabeda não tinha nem uma, nem outra coisa. Elle tem “Viveza”, tem ardis, mas viveza e ardis que empulham por pouco tempo e o tornam conhecido e duvidado por aquelles que foram empulhados. Nunca se cogitou da real unificação do partido e sim dos interesses individuaes: os srs. Cabeda e Maciel Junior queriam e querem ser deputados e outros queriam e querem as posições que dão direito as lisonjas que satisfazem vaidades. Nunca se cuidou das qualificações porque os qualificados bastavam para eleger os srs. Cabeda e Maciel Junior, e para conchavos nas eleições intencionais. [...] (O Dever, 10/03/1917, p.01)

De certo, o Congresso Federalista de 1917, foi uma tentativa de retomada da ideologia partidária do testamento político deixado por Silveira Martins (1901), como também um ensaio de promover uma oposição mais forte e intensa ao sistema castilhistaborgista em evidência no Estado do Rio Grande do Sul, porém como comenta Franco (2007: 160), sobre as heranças deixadas pelo Congresso de 1917: Uma das últimas moções aprovadas foi o voto de “saude e gratidão” a Silveira Martins, Joca Tavares, [...] e Gumercindo Saraiva. [...] Embora admirável na coerência, altivez e tenacidade, o partido se fossilizou.

A Reação Republicana e o Prelúdio do Assisismo

Outro momento das inflexões político-ideológicas entre federalistas e republicanos estampadas nas páginas do **Correio do Sul** e do **O Dever**, estão relacionados à questão da “Reação Republicana”, onde o Partido Federalista apoiou a candidatura de Arthur Bernardes e o Partido Republicano Rio-Grandense sustentou seu apoio político ao candidato da oposição Nilo Peçanha nas eleições presidenciais, de 01 de março de 1922.

Para historiadores como Félix (1987) e Axt (2007), a “Reação Republicana”, provocou um considerável e gradativo desgaste político para os republicanos do

região de Bagé. Sobre a importância política de Rafael Cabeda, consultar a obra de CAGGIANI, Ivo. **Rafael Cabeda: símbolo do Federalismo**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1966.

Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando a contestação da ordem estabelecida pelos vários dissidentes da década de 1920.

Sobre a conjuntura política estabelecida no Estado do Rio Grande do Sul, em função da eleição presidencial de 1922, Pezat (2007: 70-71) faz a seguinte ponderação:

Porém, diante de uma nova conjuntura em que o isolamento anterior não era mais possível, Borges de Medeiros pouco a pouco passou a tentar fazer articulações políticas de âmbito nacional, em geral se contrapondo às políticas econômicas impostas por São Paulo e Minas Gerais, o que levou Borges de Medeiros a apoiar a candidatura do fluminense Nilo Peçanha contra o mineiro Arthur Bernardes na eleição ocorrida em 1922. Por sua vez, Arthur Bernardes buscou o apoio de Assis Brasil, que lançou sua candidatura ao governo do Estado do Rio Grande do Sul pela Aliança Libertadora.

Este contexto nacional e estadual, também teve seus reflexos nos jornais da cidade de Bagé, uma das primeiras ocorrências sobre a eleição federal e as suas tramas políticas, encontra-se no jornal **O Dever** de 23 de janeiro de 1923 (p. 01), com o título **Meeting de Domingo – Fracasso sem Precedentes**. Esta notícia destaca o acordo realizado, entre o deputado Federal Rafael Cabeda, do Partido Federalista, e o candidato à presidência da república, Arthur Bernardes. Nesta reportagem, os redatores do **O Dever**, esclareciam os motivos dos conchavos políticos estabelecidos entre os federalistas sul-rio-grandenses e republicanos do bloco federal. Desta notícia, destacamos:

[...] Tal, porém, foi o jogo de malabarismo político, executado pelos dois deputados federais que tem assento na camara baixa da Republica e seduzidos pelos salamaleques do viçoso candidato de Viçosa, que o elemento cabedista ficou tomado de um certo entusiasmo e d'ahi o arautear, pelos seus órgãos de publicidade. Que a opposição riograndense devia cessar fileiras em torno da candidatura do companheiro de chapa do Sr. Urbano dos Santos. [...] **Acreditamos que os nossos adversarios a transigir, ainda uma vez com os seus principios parlamentaristas, sendo, como, são presidencialistas os dous candidatos á futura presidência da Republica, os nossos adversarios**, justiça se lhes faça, que são brasileiros antes de mais nada, optaremos por Nilo Peçanha, que consubstancia, no momento, todas as esperanças de reerguer o Brasil amado da situação de miséria economica e moral em que se encontra. (Dever, 23/01/1922, p.01)

Por sua vez, o jornal **Correio do Sul** na página de sua edição de 08 de fevereiro de 1922, traz a seguinte notícia: **A sucessão presidencial: Ao Federalismo do Rio Grande do Sul – Manifesto do Directorio Central**, nesta publicação os federalistas

expõem os motivos do apoio irrestrito ao candidato Arthur Bernardes à presidência da República, como observamos abaixo:

[...] **É de conhecimento publico que entre os dois candidatos que disputam a presidência da Republica, já se pronunciou o federalismo pelo Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes.** Os motivos determinantes de tal resolução já foram amplamente elucidados, no relatório apresentado pela illustre comissão especial, encarregada, no Rio de Janeiro, de elaborar parecer a respeito [...] Sob o ponto de vista dos princípios que o Partido Federalista defende e propaga na politica nacional, é innegavel que outro candidato já houve, doutras vezes, que grande parte os incarnava. Basta mencionar o nome oracular de Ruy Barbosa, cujo porte gigantesco paira, cada vez mais, acima das tristes competições da politica brasileira. [...] reconhece ainda o Sr. Arthur Bernardes a justeza e a necessidade. É o relativo á lamentável incoordenação existente no seio da Federação Brasileira e produzida por excesso de autonomia, conferido aos Estados. [...] **Quanto aos principios que regulam a acção do Partido Federalista na politica estadual, não é duvidoso que não lhe cabe apoiar a candidatura de Arthur Bernardes. É parte vital do programma federalista pugnar pela modificação do regimen vigente no Estado.** É vital, porque não se trata apenas de aperfeiçoar o regimen representativo, consagrado nos textos constitucionaes, mas o que se necessita é restaural-o em suas bases fundamentais. **É a oportunidade, senão de modificá-lo, como seria de estricto dever constitucional, pelo menos abalar a situação politica que o sustenta e consagra, nunca se apresentou mais promissora do que neste momento,** em que as forças políticas dominantes no paiz, quasi invariavelmente solidarias em seus recíprocos interesses, se scindiram em prejuízo da politica do Rio Grande. Taes são, em summa, os motivos que aconselham o federalismo em peso uma attitude de decisivo e franco apoio, nas eleições de primeiro de março próximo, á candidatura do egrégio dr. Arthur Bernardes. (Correio do Sul, 08/02/1922, p.01)

Em suma, as notícias publicadas no jornal **O Dever** como também no jornal **Correio do Sul**, anteriores ao período da eleição presidencial, tendem a defender os pretextos dos seus apoios políticos, como também ratificar as diferenças ideológicas dos antagonismos e das divergências políticas internas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Através das folhas de seu jornal, os republicanos da cidade de Bagé empunharam uma adesão maior em relação aos eventos políticos. Esta conclusão pode ser observada, visto que as notícias de apoio a candidatura de Arthur Bernardes não tiveram muita relevância no jornal **Correio do Sul**. Porém, o mesmo não acontece com o jornal **O Dever**, que durante todo o mês de fevereiro de 1922, faz alusão quase diariamente a eleição e a obrigatoriedade dos signatários do PRR de votar em Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra.

A leitura destas notícias confirma às teses defendidas por Antonacci (1981), Pinto (1986) e Felix (1987), que os desdobramentos necessários para as contestações das virtudes republicanas do PRR, no Rio Grande do Sul, são resultados das crises estabelecidas pela política nacional, da crise econômica e da política estadual conjecturadas em 1922.

Sobre as contestações dos republicanos à adesão de Borges de Medeiros a chapa “Reação Republicana”, encontra-se a carta de Setembrino de Carvalho, onde se percebe o descontentamento de alguns republicanos a posição política tomada por Borges de Medeiros em 1922. De acordo com Félix (1986: 138):

[...] mencionava que Borges de Medeiros granjeou o título de “grande político e estadista”, no cenário nacional impregnado por Pinheiro Machado, e que “quando os acontecimentos lhe exigiram uma ação decisiva renegou a tutoria da véspera, [...] e lançou-se nos braços de Nilo, inimigo de Pinheiro Machado e da situação do Rio Grande. Isto tudo é tristíssimo [...] Pensa (referindo-se a Borges) entender de tudo, e neste momento político, longe de ser um homem superior, revela-se um politiquês vulgar, que não soube conservar as tradições de honra do partido que dirige [...]

Mesmo com o esforço político empregado pelos republicanos sul-rio-grandenses no apoio à candidatura de Nilo Peçanha e J. J. Seabra e do triunfo eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul, a chapa de Arthur Bernardes saiu vitoriosa no plano federal. Logo, estes episódios somados aos problemas estaduais promoveram o acirramento dos debates internos necessários na eleição estadual de novembro de 1922.

Os acirramentos políticos que aconteceram durante o transcorrer do ano de 1922, surgiram em grande parte em virtude da candidatura de Borges de Medeiros ao seu 5º mandato estadual para à presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Axt (2007) considera este momento, como o período da contestação hegemônica do PRR do Rio Grande do Sul.

Essas asseverações político-ideológicas são verificadas primeiramente no jornal **Correio do Sul**, no mês de agosto de 1922, quando o periódico produz o editorial: **A sucessão presidencial no Rio Grande do Sul:**

Como se sabe, é grande a agitação que reina em todo o Rio Grande do Sul, interessando a opinião pública dos Estados vizinhos e da capital da República, em torno do magno problema da sucessão presidencial deste Estado. A reeleição do sr. Borges de Medeiros é positivamente intolerável. O Correio do Sul bater-se-á com todo o vigor das suas energias contra a perpetração desse crime monstruoso com que ameaçam a nossa dignidade de povo livre, em cujos pulsos se não

ajustam os grilhões que arroxearam, [...] Levanta-se no Estado e fora d'elle a candidatura do eminente dr. Assis Brasil para a suprema investidura de chefe do executivo nesta gloriosa unidade da Federação. [...] Não é um movimento que parte do egoísmo de facções políticas de conseguir um nome político com que possam só erguer-se do ostracismo. São classes illustres, alheias ás conveniencias políticas e ás aspirações de mando. [...] Trinta e tres annos de caudilhagem, mais ou menos disfarçadas nas dobras das saias de Clotilde de Vanx, já pesam demais sobre a consciencia do povo gaúcho. [...] O Rio Grande deve ao dr. Assis Brasil assignalados serviços, (Correio do Sul, 18/08/1922, p.01)

As notícias presentes no jornal **Correio do Sul** seguem durante os meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 1922, obedecendo a uma tônica da defesa dos preceitos do Federalismo, das liberdades individuais, das críticas à ideologia positivista e à Constituição Estadual de 1891. Estas justificativas visavam resgatar os valores e a dignidade do povo sul-rio-grandense, condizente com sua tradição de liberdade e patriotismo, que teriam sido suprimidos pelo autoritarismo do governo republicano, numa carta ao jornal **Correio do Sul**, de 07 de outubro de 1922, Assis Brasil afirma: Mas é isto mesmo que fez mais patente o vicio original que combateremos. O mal está na dictadura, no DESPOTISMO LEGAL, que – a historia o atesta – nunca deu senão os tristes resultados que aqui contemplamos. (Correio do Sul, 07/10/1922).

No mês de novembro de 1922, o jornal **Correio do Sul**, faz uma ampla campanha de qualificação eleitoral através de suas folhas, convocando os signatários do Federalismo sul-rio-grandense e dos homens livres do Estado para eleição presidencial no Rio Grande do Sul. Ainda neste mesmo mês, é importante destacar a chegada de Assis Brasil na cidade de Bagé, para realizar o discurso de abertura da Exposição da Associação Rural da cidade (Correio do Sul, 13/11/1922).

Como era de se esperar, o Jornal **O Dever** nos meses de outubro e novembro, também empenhou uma ampla defesa no processo da reeleição estadual, exortando as qualidades pessoais e administrativas da chefia de Borges de Medeiros no Estado, sem esquecer-se de dirigir uma crítica severa ao candidato da oposição, estas observações são apreendidas na edição de 26 de outubro de 1922, da qual transcrevemos abaixo:

A unica razão por que Borges de Medeiros não seria re-eleito
O grande partido republicano de Bagé [...] sente, tranquillo e jubiloso, a approximação do dia em que se realizará a eleição para presidente do Estado. Vae offerecer-se mais uma esplendida oportunidade, entre as muitas que temos sabido aproveitar, para constatarmos a nossa

pujança, [...] irá aumentando na medida da expansão da prosperidade do Estado, devida aos seus administradores republicanos, entre os quaes Borges de Medeiros avulta como o consolidador da nossa grandeza moral e econômica. Reservemo-nos para o dia em que o Rio Grande do Sul houver opposição, não opposição de franco-atiradores sem bandeira, sem ideaes, que não sabe dizer o que quer, que não passa de um pacto de vaidade e interesse entre plutocracias regionaes e intelligencias pergaminhadas, que se resume n'uma herança de ódios e aversões mais ou menos heróicas, com embate de guerrilhas. Oposição para ser levada a serio é preciso que exponha em primeiro logar o motivo da sua discordância; se disser que ha administração péssima, aponte-lhe os defeitos, discuta com algarismos e não se deixe ficar na facillidade das accusações sem prova. [...] O Partido de Bagé saberá cumprir com o seu dever, porque desapareceu a única razão pela qual Borges de Medeiros não seria eleito. Essa razão, todos a sabemos, consistiria n'uma recusa de S. Excia. Borges de Medeiros deu mais uma vez mostras de seu patriotismo acceitando. O Partido Republicano saberá ser patriota elegendo-o. (O Dever, 26/10/1922, p.01)

As notícias encontradas no jornal **O Dever**, entre o mês de outubro e novembro de 1922, reafirmam às características da personalidade administrativa de Borges de Medeiros, os motivos políticos necessários da reeleição, os avanços sociais e econômicos das legislaturas republicanas nos municípios e no Estado. Obviamente os redatores do jornal **O Dever**, não se esqueceram de tecer duras críticas ao caráter político, filosófico e religioso do candidato opositor, como também, ratificar o compromisso da ordem política e da conquista do poder a qualquer preço, na expressão de Félix (1987: 76)

De uma série de editoriais produzidos quase diariamente nas páginas do jornal **O Dever**, as reportagens mais incisivas neste sentido são encontradas nos dias que antecedem a eleição estadual. As críticas ao caráter pessoal de Assis Brasil, em relação a sua postura religiosa e política, são observadas a seguir:

Catholicos! Eis como Assis Brasil, n'um soneto, deixa patente a sua profunda antipathia ás vossas crenças:

A Igreja

Já foste grande e boa, olympica e sagrada;
 Domavas do tyranno a fúria sobranceira,
 E era a ti que corria a ovelha amedontrada,
 Para fugir, do lobo, á garra carniceira;
 Porém, feita de pedra, immovel, emperrada,
 Não pudeste seguir, dos tempos, a carreira:
 Soprou de “oitenta e nove” a ríspida rajada,
 E o vulto mergulhou te em nuvens de poeira.
 Já te não busca não, a alma entristecida
 Não o peito que sangra em vórtice cruento,

De mortas illusões na febre que trucida:
Gelou-se te no seio o coração poento,
E em vão ergues ao céu a torre ennergecida,
Onde pia, sinistro, o mocho somnolento.
Dr, Assis Brasil (O Dever, 04/10/1922, p.01)

Juntamente com estas notícias, os republicanos estampavam nas folhas do **O Dever**, variadas e pequenas notas sobre a importância do voto em Borges de Medeiros, descrevendo as grandes virtudes e benefícios para o Rio Grande do Sul no pleito de 25 de novembro de 1922, dentre estas várias notas, destacamos as publicados no dia anterior da eleição:

O Rio Grande é uma Potencia Economica e Politica graças á sabia administração de Borges de Medeiros. Mostrai-vos gratos pelo muito que o grande estadista tem feito. (O Dever, 24/11/1922, p.01)
O povo é grande, quer BORGES DE MEDEIROS!
O Rio Grande do Sul é grande, quer BORGES DE MEDEIROS!
Grande é Borges de Medeiros e grande tem sido e será seu governo!
Grande é o Partido Republicano e grande será a sua vitória na eleição de 25 de novembro de 1922. (O Dever, 24/11/1922, p.01)

Como era esperado, o pleito eleitoral realizado no mês de novembro de 1922, consagrou à vitória republicana, a consagração política de Borges de Medeiros como chefe onipotente do PRR sul-rio-grandense e a manutenção dos ideais do castilhismo-borgismo no comando político do Estado, no dia posterior à eleição, o jornal **O Dever** estampava a seguinte notícia sua primeira página: **Consagração de Borges de Medeiros: Hurrah! Invencível Partido Republicano! Hurrah! Rio Grande do Sul ativo e Forte! Mil vezes bemdita, memoria de Castilhos**. Este editorial descrevia minuciosamente o valor político da vitória republicana, o apoio dos republicanos à causa partidária, relembra à memória de Julio de Castilhos como “Guia” orientador do PRR, a importância dos chefes políticos no “aliciamento” de votos e a derrota implacável do Partido Federalista na cidade de Bagé.

Obviamente que estas exasperações oriundas com a eleição estadual produziram seqüelas políticas no Estado do Rio Grande do Sul no período posterior a eleição, neste sentido, o jornal **O Dever**, publica no dia 22 de dezembro de 1922, trechos da carta que Borges de Medeiros envia para Assis Brasil, justificando que o resultado das urnas e a legalidade moral da apuração, e que não se pronunciaria sobre este fato, mas que aceitava o arbitramento da Presidência da República.

Os antagonismos políticos e ideológicos constituídos entre republicanos e a Aliança Libertadora - oposição formada por federalistas, democráticos e dissidentes do PRR -, começam a ser proferidos e amplamente esboçados nos jornais de Bagé durante o ano de 1923.

Os editoriais que seguem durante o período compreendido entre janeiro e dezembro do ano de 1923 revelam a tônica inflamada de ambos os lados na defesa de suas ideias e pensamentos políticos sobre o desenrolar da Revolução Assisista de 1923, nosso objetivo neste sentido, é expor algumas das inflexões mais importantes neste processo¹⁴, que denotaram mudanças políticas importantes na Intendência de Bagé no transcorrer do período posterior a pacificação do Estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto, nossas escolhas tem por objetivo fundamentar e explicitar as mudanças oriundas nas políticas estaduais, como também apontar seus reflexos nos arranjos eleitorais que proporcionaram a manutenção do PRR no mando político municipal da cidade de Bagé.

Dentre os vários editoriais encontrados sobre a Revolução Assisista de 1923, publicados nos jornais **O Dever** e o **Correio do Sul**, figuram notícias dos conflitos armados, das asseverações ideológicas, dos embates políticos de defesa ou de acusação entre Borgistas e Assisistas, das campanhas militares dos federalistas e dos republicanos.

Dentre as várias notas que encontramos no Jornal **Correio do Sul** durante os primeiros meses de 1923, destacamos a notícia publicada em 18 de maio de 1923, este editorial nos chama a atenção pela personificação de Adão Latorre, morto em combate próximo às margens do Rio Santa Maria/RS, o fragmento da notícia revela o enaltecimento da memória deste federalista, quer seja por exemplificar seus feitos federalistas realizados na Revolução de 1893¹⁵ ou pelo apelo sentimental às causas políticas da Revolução de 1923, como vemos a seguir:

¹⁴ Sobre os discursos jornalísticos da Revolução Assisista de 1923, presentes nos jornais da cidade de Bagé, consultar a obra de LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **A Imprensa partidária e a Guerra Civil de 1923**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo: UPF, 2010. Orientação: Prof^o Dr^o Luiz Carlos Tau Golin.

¹⁵ A Revolução Federalista foi um conflito armado ocorrido no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895. Trata-se de uma disputa política pelo poder do Estado do Rio Grande do Sul e que envolveu dois grupos políticos com ideias e doutrinas políticas diferentes. De um lado, estavam os seguidores de Julio de Castilhos, o qual já desenvolvia sua campanha republicana influenciada pelos ideais positivistas. Do outro, aqueles que defendiam os ideais federalistas e chefiados por Gaspar da Silveira Martins apontado por Sérgio da Costa Franco como um “indivíduo de personalidade dominante, dotado de respeitável

O Guerreio Negro

Coronel Adão Latorre

Acaba de succumbir no campo das pugnas cívicas, á margem do Santa Maria, pelejando como um grande bravo que era, o Coronel Adão Latorre, guerreio de rija tempera, cuja história se póde resumir nestes trez predicados soberbos: valentia, honrado e patriota. Tomou parte na campanha revolucionaria de 93, sob o comando do inolvidável chefe federalista Zeca Tavares, portando-se em todos os lances atrevidos daquela pugna gloriosa como um dos mais fortes batalhadores. Homem de côr, soube glorificar o sangue de sua raça e o nome de brasileiro, avançado sempre na linha da frente, sem fadigas nem desânimos, sem medo nem vacillações. [...] **Doente, aos oitenta annos de idade, quando o Rio Grande apelou agora a bravura de seus filhos, afim de que o libertassem da tyrannia do sr. Borges de Medeiros, aquelle velho soube dar o exemplo da voluntariedade aos moços, como aquelle negro soube mostrar aos brancos o que se chama ter capricho e amor ao berço natal.** (grifos nossos) (Correio do Sul, 18/05/1923, p.01)

A morte de Adão Latorre, representa na historiografia do conflito de 1923, um importante aspecto de análise, pois juntamente com outros federalistas históricos traziam consigo o amálgama dos preceitos revolucionários defendidos na campanha de 1893, e principalmente à figura de Adão Latorre, considerado por muitos, como o grande representante das atrocidades ocorridas no combate às margens do Rio Negro.

Ao tratar do conflito às margens do Rio Santa Maria/RS, entre republicanos e federalistas, como também sobre a morte de Adão Latorre e a vitória das tropas republicanas, o jornal **O Dever** de 24 de maio de 1923, traz a seguinte notícia:

Os últimos intantes de uma curiosa revolução sem ideal, sem gente e sem dinheiro. Interessantes pormenores sobre o encontro ás margens do Santa Maria Chica. [...] Armas, munições, cavahada, etc. Os adversarios, desbaratados, foram levados, em completa desordem até o Passo do Bento Rengo, perdendo mais de cem mortos. [...] A columna derrotada seguiu na direcção da Serrilhada. Em conjunto, conforme já disse, foram apprehendidos mais de tres mil cavallos. [...] Tambem em conjuncto foram apprehendidas mais de 400 lanças. Quase todas estão recolhidas á Intendencia Municipal daqui. Tambem ahí acha-se parte dos fuzis apprehendidos; assim como, tambem esta aqui a grande carroça do Estado maior que era defendida por Adão Latorre no momento de morrer. (O Dever, 24/05/1925, p.01)

Neste ínterim, é possível afirmar que no processo de análise dos editoriais presentes nos jornais da cidade da Bagé, conclui-se que pelas páginas do **O Dever**, sustentava-se que havia uma: serenidade dos republicanos em relação ao conflito

cultura e invulgar inteligência” (FRANCO, 1996: 26). Sobre este assunto, consultar a obra: FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

armado, das intenções morais e éticas do PRR para o Rio Grande do Sul, do apoio do governo federal ao resultado das eleições, das tratativas de Paz, e que por outro lado, o jornal **Correio do Sul**, exortava os feitos realizados em combate pelos federalistas, bem como, as virtudes pessoais do Coronel Adão Latorre.

Neste sentido, os redatores do jornal **O Dever**, insistiam em afirmar que a Revolução de 1923 não representava problemas políticos a vida cotidiana gaúcha, como observamos na notícia de 09 de maio de 1923 apud Lemieszek (2010: 77):

A desordem no Rio Grande do Sul não envolve nenhum aspecto constitucional, pois o presidente reeleito o foi dentro da Constituição e das leis do Estado e o seu reconhecimento feito pelo único poder competente no caso que é a Assembléia dos Representantes. (O Dever, 09/05/1923, p.01)

A partir deste momento, os signatários republicanos reproduziam que a condição de oposição dos Assisistas, além de ilegal era odiosamente repudiada pelo governo federal e tinha por objetivo apenas o esfacelamento da ordem cotidiana, levando consigo a face ceifadora da morte das vidas pelos campos do Rio Grande.

De certa forma, a impossibilidade da intervenção federal no Estado, promoveu o desmoronamento das intenções mais austeras dos Assisistas, promovendo a prostração de muitos líderes revolucionários que acabaram por abandonar a causa oposicionista. (Lemieszek, 2010).

Sobre o panorama que se estabeleceu nas colunas jornalísticas durante a Revolução Assisista de 1923 na imprensa bageense, e sobre os interesses republicanos e Assisistas na contenda político-militar, Lemieszek (2010: 85) traça o seguinte comentário:

Vários artigos podem ser listados aqui para elucidar os argumentos políticos de ambos os jornais em torno da Guerra Civil de 1923, mas em todos é reconhecida a discussão e a formulação de discursos que basicamente questionavam ou criticavam ações tomadas pelos legalistas e oposicionistas. Tratava-se, portanto, de um embate que tinha, de um lado, a defesa da ordem pela Constituição Estadual e, de outro, a luta para a mudança dessa mesma Constituição. Os confrontos discursivos entre O Dever e o Correio do Sul estenderam-se até o fim do conflito armado. [...]. Os fatos demonstram que os artigos publicados em O Dever e Correio do Sul serviram como agentes de combate entre as duas tendências políticas.

A constatação do pesquisador é reveladora para nosso trabalho, referendando a importância dos periódicos publicados na cidade de Bagé para as pesquisas em história

e história da educação, focalizando os jornais como espaços de convencimento, como lugar de esteio dos ideais republicanos e federalistas e na demonstração das ideologias em conflito durante o período estudado, ou ainda como afirma Capellato & Prado (1980: 19):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19)

Nesta ótica, os periódicos e jornais, por meio de seus discursos produzem sentidos e estratégias legitimando suas práticas e escolhas, transformando-se em produtos sociais de uma mesma época (LE GOFF, 2010).

Ainda como afirma Capelato (1998), à imprensa através do tempo impôs sua força política, possibilitando aos governos, governantes e poderosos, a utilizarem como forma de “despertar consciências” e “modelá-las” conforme seus valores e interesses, sempre indicando estratégias, direções, interesses e valores sociais, culturais e morais. Logo, o trabalho com a imprensa escrita – jornais – constitui-se para os pesquisadores como francas possibilidades de revisitar a participação dos mais variados grupos sociais e políticos presentes nos contextos históricos, e particularmente nas questões particulares na história da Primeira República do Estado do Rio Grande do Sul, notadamente na cidade de Bagé.

Em fins de dezembro de 1923, é assinado o Pacto de Pedras Altas que pôs termo à Revolução Assisista, e abriu o caminho necessário para a reforma constitucional tanto desejada no Rio Grande do Sul, segundo Axt (2002: 25), o acordo de paz trouxe os seguintes reflexos político-administrativos: a proibição de reeleição, [...], a adaptação das eleições estaduais e municipais à legislação federal, a determinação de nomeação de intendentess provisórios apenas nos casos de completa acefalia administrativa.

Sendo assim, terminado os conflitos bélicos da Revolução Assisista de 1923, a história política do Estado do Rio Grande do Sul, haveria de seguir o fluxo normal das belicosidades e antagonismos políticos entre Republicanos e Federalistas-Aliancistas, essas asseverações são observadas em ambos os jornais, entre os meses de janeiro e maio de 1924, quando ocorreram eleições para os cargos de Deputados Federais e Senadores no Estado do Rio Grande do Sul.

Apesar da oposição exercida pela Aliança Libertadora nos editoriais do **Correio do Sul** ao sistema Castilhistas-Borgistas nas eleições de maio de 1924, estas notícias expressavam de certa forma, os avanços e as conquistas dos “libertadores” no Rio Grande do Sul, como afirma Franco (2007, p.166) em relação aos avanços aliancistas nas eleições de 1924: [...], fiscalizada pelo Exército, com a reserva convencionada de algumas cadeiras para oposição, tanto na Câmara Federal como na Assembléia, deu aos rebeldes uma tênue sensação de vitória.

Em termos municipais, os reflexos político-administrativos decorrentes do Pacto de Pedras Altas, começam a ser observados ainda no mês de maio de 1924, quando o jornal **O Dever** publica a proposta de alteração da Lei Orgânica¹⁶ do município de Bagé em sua edição de 31 de maio de 1924, onde observamos:

Projeto de reforma parcial da Lei Organica do Municipio de Bagé

A Lei organica póde ser reformada por iniciativa do Intendente ou por petição da maioria dos eleitores municipaes.

§ 1º - Quando a reforma for promovida por iniciativa do Intendente, este publicará o respectivo plano, e se no praso de 60 dias não houver impugnações, de dois terços dos eleitores do municipio, será o referido plano convertido em lei. (Lei Organica, art. 60).

Nos termos do accordo firmado entre os governos do Estado e da União, em 15 de dezembro de do anno próximo findo, que veio restituir a paz no Rio Grande do Sul, propoz o Presidente do Estado uma serie de modificações em nossa Constituição Política e que acabam de ser sancionadas pela maioria dos Conselhos Municipaes. Afim de adaptar a Lei Organica deste Municipio áquellas reformas, submeto á apreciação publica o projecto que formulo, alterando os artigos abaixo referentes ao Pacto da Paz e criando a aposentadoria dos funcionarios municipaes, medida de alta justiça:

Art. 6º - O poder municipal será exercido por um intendente, que dirigirá todos os serviços e por um conselho, que votará os meios de serem elles creados e mantidos.

§ Único – O intendente e o conselho serão simultaneamente eleitos mediante suffragio directo dos cidadãos, de quatro em quatro annos.

Art. 8º - O intendente não poderá ser reeleito para o quadriennio immediato.

Art. 9º - Substitue o intendente, no caso de impedimento, e succede lhe, na falta, **um vice intendente eleito simultaneamente com elle e da mesma forma.**

§ Único – Se, no caso da vaga, por qualquer causa, o vice-intendente succeder ao intendente, antes de decorridos dois annos do quadriênio municipal, proceder-se-á á nova eleição dentro de sessenta dias. [...]

Intendencia Municipal de Bagé, em 30 de maio de 1924.

Martim Silveira – Intendente

¹⁶ A Lei Orgânica do município de Bagé foi aprovada pelo Ato Municipal nº 285 de 21 de outubro de 1924, que promulgou a Lei nº 91 de 17 de outubro de 1924, substituindo assim, a primeira Lei Orgânica do Município de Bagé, datada de 07 de setembro de 1892. Em tempo, cabe salientar, que estes documentos encontram-se arquivados no acervo do Arquivo Publico Municipal da cidade.

(grifos nossos) (O Dever, 31/05/1924, p.01)

A mudança da Lei Orgânica Municipal possibilitou efetivas transformações na vida político-partidária da cidade de Bagé, pois em decorrência destas alterações, os republicanos tiveram que efetivar modificações no sistema eleitoral da cidade, visto que a Lei Eleitoral vigente no município datava de 1913, dentre as principais mudanças propostas na nova Lei Eleitoral aprovada setembro de 1924, estão à questão do alistamento eleitoral e quanto ao processo das eleições, isto é, a adoção do voto secreto e a garantia da representação das minorias.

Outro ponto de destaque na reforma da Lei Orgânica Municipal foi à questão da chapa única, isto é, até então os vice-intendentes municipais eram indicados por ato/decreto expedido pelo Intendente eleito, essa inflexão no cotidiano político da cidade, proporcionou uma oposição mais combativa dos federalistas-aliancistas, como também, uma maior preocupação dos republicanos bageenses nas eleições intencionais do ano de 1925, como se pode observar na carta de Tupy Silveira à Borges de Medeiros:

Bagé, 4 de dezembro de 1924

Exmo. Snr. Dr. A. A. Borges de Medeiros

Porto Alegre

Presado chefe e amigo:

Saudações cordiais

Não me tendo possível, até agora, como desejava e precisava, devido ao movimento sedicioso que veio perturbar a vida do Estado, ir a Porto Alegre, resolvi, por meio desta, **recomendar á vossa aprovação os nomes dos nossos correligionários Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont, respectivamente, para os lugares de Intendente e Vice-Intendente deste município. Deixo de entrar em apreço sobre as personalidades de ambos os recommendados, porque as suas qualidades pessoais são de vosso inteiro conhecimento; limito-me apenas a dizer-vos que teem sido os meus melhores auxiliares, tanto na politica como na administração. Nestas condições, serão os meus substitutos com mais conhecimento da administração e da vida politica do nosso partido aqui.** Queria pessoalmente fazer-vos esta manifestação da minha vontade; a gravidade do momento, porem, faz com eu tenha de permanecer aqui á testa dos interesses da ordem publica. O Mangabeira que ahi se encontra, em seu regresso poderá ser o portador das instrucções que tiverdes sobre o assumpto ou de qualquer resolução que vos approuver de tomar.

Am. Cor.

Tupy Silveira (grifos nossos) (Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros do IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

Nesta carta, é possível observar a preocupação de Tupy Silveira, ao indicar os nomes de Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont como candidatos na eleição intencional do ano seguinte, qualificando seus predicados pessoais, administrativos e políticos.

Sobre a vida político-partidária dos indicados à intendência municipal na eleição do ano de 1925, salienta-se que Carlos Cavalcanti Mangabeira¹⁷, era Deputado Estadual pelo PRR deste o ano de 1913 e Vice-Intendente municipal desde 1917 e Adolpho Luiz Dupont, editor e redator chefe do jornal **O Dever**, desde a sua fundação.

Para Axt (2007: 102), o período iniciado após o Pacto de Pedras Altas, pode ser classificado como de Recomposição da Aliança Hegemônica (1923-1930), pois garantiu a permanência de Borges de Medeiros na presidência do Estado, apesar dos avanços constitucionais logrados pela oposição no acordo de paz e da possibilidade de seu renascimento político. Mas, por outro lado, fortaleceu temporariamente o poder dos chefes locais do PRR, como podemos observar na carta acima.

A Eleição de 1925 e o continuísmo republicano

Nas pesquisas empíricas realizadas entre os anos de 1900 e 1924, percebemos que as notícias encontradas no jornal **O Dever** predominantemente defendiam e sustentavam a política do PRR no Estado, e por outro lado, os editoriais do **Correio do Sul**, faziam críticas severas ao sistema político estabelecido pela Constituição de 1891 e censuravam às cooptações partidárias realizadas pelo sistema Castilhistas-Borgista no Estado.

As eleições municipais ocorridas em fevereiro de 1925, promoveram e inauguraram nos jornais da cidade de Bagé, uma série de notas políticas e editoriais jornalísticos nunca vistos anteriormente. É possível notar que os editoriais publicados nos jornais **O Dever** e o **Correio do Sul**, e produzidos até o ano de 1924, tinham como

¹⁷ Segundo Tabora (1966), Carlos Cavalcanti Mangabeira nasceu em 28 de agosto de 1876, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Era médico e farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, tendo participado como membro voluntário do corpo médico na Campanha de Canudos em 1897. Tornou-se Tenente do Exército Nacional em 1900 e designado para servir no Estado do Rio Grande do Sul, dentre os anos de 1900 e 1906, serviu as guarnições de Quaraí, São Gabriel, Rio Grande e Bagé. Após este período, fixou residência na cidade de Bagé, e participou ativamente do Partido Republicano Bageense, sendo o principal homem de confiança de Tupy Silveira. Ainda segundo Tabora (1966, p.130): *Pelo crescimento de seu prestígio no seio da coletividade bageense, Carlos Mangabeira foi indicado pelo chefe local do PRR, cel. Tupy Silveira, para ocupar o lugar de vice-intendente, [...] as demonstrações que dava de amor a Bajé, aliadas ao prestígio que tinha entre todos.*

objetivo primeiro: defender os interesses republicanos ou os ideais federalistas em suas colunas, sendo que suas notas periódicas se preocupavam em defender ou criticar, sustentar ou censurar as questões relacionadas à política estadual do Estado do Rio Grande do Sul, quase nunca relacionadas às questões da política intencional dos municípios.

Portanto, estas novas notas políticas e editoriais jornalísticos sobre o cotidiano de Bagé, que se inauguram com a eleição municipal de 1925, demonstram que, a partir de agora: os antagonismos partidários existentes no município; as lutas pelos pleitos eleitorais; as divergências políticas; as críticas e defesas dos signatários do PRR no jornal **O Dever** e dos Federalistas no **Correio do Sul**, estão quase sempre vinculados às temáticas municipais.

Ademais, as notícias escritas pelos jornais a partir de 1925, revelam particularidades sobre questões específicas do município, em termos políticos, econômicos, sociais, educacionais. Neste sentido, às notícias escritas pelo **Correio do Sul**, começam a trazer severas censuras à política do governo municipal e tecendo críticas aos intendentes republicanos. Por outro lado, o jornal **O Dever** sustentava à política do governo municipal, bem como, exaltava a figura dos Intendentes, possibilitando a segurança necessária para o continuísmo republicano no poder.

Neste sentido, é interessante observar que os preparativos para a eleição municipal de 11 de fevereiro de 1925, não despertaram e nem provocaram severas asseverações entre republicanos e opositores na cidade de Bagé, pois a oposição não compôs uma chapa para a disputa do pleito da Intendência municipal. Por outro lado, os editoriais jornalísticos anteriores a eleição do mesmo mês, estampados pelo jornal **O Dever**, fazem alusão a reunião do partido que elegeu a chapa única para a Intendência do município¹⁸, a convocação de seus correligionários para a eleição e sobre a solidariedade à decisão de Tupy Silveira na indicação de Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont, como também ratificam o jornal **O Dever** como representante do PRR bageense.

Portanto é compreensível que o jornal **O Dever** qualifica-se e exorta-se as qualidades pessoais de Tupy Silveira (Intendente) e Carlos Mangabeira (Candidato) em

¹⁸ Em tempo, cabe salientar que Tupy Silveira, era chefe político do PRR bageense e candidato natural ao cargo de Intendente Municipal. Porém, não pode concorrer a eleição municipal de 1925, em função da mudança da Lei orgânica do município de Bagé realizada em outubro de 1924, onde se proibia à reeleição dos intendentes.

suas páginas, na perspectiva de qualificá-los politicamente e garantir a continuidade do PRR Bageense no controle político municipal.

Especificamente em relação à personalidade política de Carlos Mangabeira, o jornal **O Dever**, faz as seguintes considerações:

Dentro os filhos desta terra nenhum o excederá no interesse e no amor por tudo quanto lhe diz respeito. Há longos annos aqui radicado tendo aqui constituído seu lar o dr. Mangabeira tem conquistado as altas posições de que um homem se póde orgulhar, pelo seu único esforço, pela sua perseverança no trabalho, e por um culto fervoroso a todas as virtudes cívicas. No seio do partido republicano é figura de inconfundível relevo: na sua pessoa, desdobrada em trabalho incansável e em dedicação inexplicável tem tido o coronel Tupy um auxiliar valiosissimo na conquista das grandes victorias de que tão justamente se orgulha o partido republicano de Bagé. Vice-intendente do municipio durante oito annos, por diversas vezes tem estado no cargo; membro da Assembleia dos Representantes, durante doze annos, alli a sua operosidade se fez remarcada. Membro das mais importantes commissões, primeiro secretario da casa e seu vice presidente na ultima legislatura; o dr. Mangabeira assumiu o exercicio da presidência no momento mais empolgante da vida do nosso partido, quando os nossos adversarios pretendiam contestar o reconhecimento do benemerito dr. Borges de Medeiros, reeleito. [...] (O Dever, 11/02/1925, p.01)

A oposição apesar de não ter demonstrado interesse político na eleição municipal, teceu críticas ao continuísmo do PRR na cidade de Bagé, como observamos na notícia posterior ao dia da eleição do jornal **Correio do Sul**.

A Eleição Municipal

Realizou-se hontem o pleito eleitoral para a renovação do governo deste municipio, tendo concorrido ao mesmo sómente o Partido Republicano. Foram eleitos os srs. Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont, candidatos aos cargos de intendente e vice-intendente, respectivamente. Tambem foi eleita a chapa de conselheiros apresentada pelo situacionismo, inclusive o candidato avulso, sr. Fabio Lima, que foi suffragado pelos seus correligionários situacionistas. **Não tendo a opposição comparecido às urnas, o pleito deixou de despertar interesse, correndo os trabalhos sem entusiasmo.** (grifos nossos) (Correio do Sul, 12/02/1925, p.02)

Apesar do silêncio empreendido pelas páginas do jornal **Correio do Sul** nas vésperas da eleição municipal, este é interrompido nos editoriais escritos nos dias 15 e

21 de abril, quando ocorre o início da nova gestão¹⁹. Neste sentido, os artigos que seguem fazem várias críticas e francas oposições à figura de Carlos Mangabeira, como observa-se nos trechos destacados abaixo:

O Estafeta – MANGABEIRA “VERSUS” TUPY

No Sabbado de Alleluia

Tomando posse do cargo de intendente deste municipio, [...] o dr. Carlos Mangabeira pronunciou um formidavel e kilometrico discurso, altamente patriotico e cheio de boas intenções. Depois de fazer varias considerações enaltecendo as virtudes privadas e publicas do coronel Tupy Silveira e recebendo por isso palmas e fores, entrou resolutamente na materia. [...] **Passa em seguida a dizer que não fará politica e sim administração; [...] pois, a origem da própria candidatura que elevou ao cargo de intendente, está na mais baixa politicagem, meio onde o novo edil fez toda a sua feliz carreira publica.** Acha tambem o prommetedor intendente que deve sempre haver um vasto programma a executar [...] **Aqui principia o dr. Mangabeira, sem quere, a ser cruel para com o seu digno e velho amigo sr. Tupy Silveira.** Ora, das duas uma, ou o coronel ex-intendente tinha um vasto programma e o exgottou em doze annos de governo; ou, o sympatico bageense nunca teve coisa alguma e si teve não prestava, [...] **Agora talvez o esperto bahiano venha tardiamente dizer que faltou, por simples descuido, collocar antes da palavra “melhoramentos” a partícula “mais”; [...]. Aqui faz, ao nosso ver, tambem sem querer, o actual intendente a mais forte accusação ao bondoso coronel Tupy Silveira; pois escreve no já famoso discurso:** “enquanto uns pagam o que deveriam pagar, outros pagam menos da metade”. Si tal acontece, o que não sabemos, por essa culpa deve haver alguém culpado. [...] Por fim o dr. Mangabeira quer que “a imprensa acompanhe a sua administração e faça uma critica sem favores porém com justiça”. Poderá estar descançado neste ponto o illustre major que, o que for a de soar. Não nos moverão pruridos de opposição e sim ardor de patriotismo. [...] **E o povo desta cidade responde ao dr. Carlos Mangabeira nestas palavras: fazendo metade do que prommettes tereis nossos applausos.** (grifos nossos) (Correio do Sul, 15/04/1925, p.01)

Este editorial foi assinado com o nome fictício de **Zequinha Netto**, percebemos o teor apontado nas críticas ao novo Intendente municipal. O redator ao escrever à notícia, realiza a defesa do governo do bageense Tupy Silveira - ex-intendente do município-, criticando o processo que conduziu Mangabeira ao cargo municipal, bem como sua vida pública e política, além de sua esperteza baiana, sua falta de memória política e suas promessas de governo. Ademais, no editorial **O ESTAFETA – Grama**

¹⁹ No período estudado neste trabalho, observou-se que, durante o mês de janeiro, acontecia a escolha do candidato à Intendência, o alistamento dos eleitores e as propagandas eleitorais, na primeira quinzena de fevereiro ocorria o processo do sufrágio municipal. Porém, as novas gestões da Intendência Municipal começavam geralmente na primeira quinzena do mês do abril do ano em questão. Todos os intendentes eleitos ou nomeados na cidade de Bagé tomaram posse no mês de abril, com exceção de José Octavio Gonçalves em seu terceiro mandato, que iniciou em 31 de outubro de 1910, em função da anulação da eleição intencional de 1909, pelo governador do Estado Carlos Barbosa.

contra um programa -, o jornal **Correio do Sul**, ainda é mais incisivo em relação à figura do novo intendente, como veremos a seguir:

Sou um revoltoso. E por que? Indagará o geca doente e tão atrozmente ferretado por um physico bagéense. Lá vai bola: é porque venho de ouvir, hoje, num misto de estupefacção e indignado o sr. Major Mangabeira ler-me álaire e triumphante, **o seu programma, que é a mais bem acabada objurgatória com que, em todos os tempos, se tem arremettido contra um governante**. Nem o eloquente Cicero, nem o arreatador Demosthenes, nem o fulminante mestiço José do Patrocínio, nem o verbo-trovão Gaspar, nem o genial Ruy – **nenhum delles jamais causticou com tanta inclemência instituição alguma do seu tempo, como o bahiano, que ora nos administra, vulnerou desapidadamente a administração que findou diante da soberania popular**. Aquelle discurso, que me foi lido e decorei, é a ultima pedrada arremettida, [...] no rubro horizonte de minha terra. Lendo-me a sua mensagem, o ex-operoso deputado **Mangabeira affirmou-me, em palavras altisonantes, que em Bagé nada está feito, tudo está para se fazer!** [...] Escolas? [...] Hygiene? [...] Segurança Publica? [...] Embellezamento? [...] Illuminação? [...] Viação? [...] Funcionalismo? [...] Arrecadação? [...] Despeza? [...] Tudo, tudo, exclamou o sr. major, está num verdadeiro cahos! E eu, de mim para mim, após lembrar donde sahiu a candidatura do bem apessoado edil, interroguei: **Como poderá o venturoso administrador reconstruir a desmantelada cidade fronteiriça?** Arrecadando equitativamente e despendendo razoavelmente? **Mas será possível exigir da “sagrada, genuína família republicana”, o sacrifício inclemente de ser tributada a par da multidão adversária e criminosa?** [...] O major Mangabeira armou um dilema com duas agudíssimas pontas, necessariamente, ficará espetado: ou s. s., cumprindo á risca o seu programma e fazendo jus a gratidão desta população, levantará o despeito incontido de seus companheiros insatisfeitos em suas desabusadas ambições – ou s. s., faltando ás suas prommesas e continuando no ‘status quo’, será anathematizado por aquella que tudo merece. (grifos nossos) (Correio do Sul, 26/04/1925, p.01)

Neste editorial assinado pelo codinome de **Geca Almofadinha**, o jornal **Correio do Sul** apresenta uma série de ponderações ao programa de governo de Carlos Mangabeira. Portanto, a leitura e a análise deste editorial, nos apontam às seguintes questões: a falta de honradez política de Mangabeira em relação ao ex-intendente; a crueldade ética presente em seu discurso; a falta de polidez do político baiano; a ausência do conhecimento dos avanços administrativos e econômicos anteriores.

Após a posse de Carlos Mangabeira em 1925, percebeu-se que o **Correio do Sul**, adentra num período de **Prostração e Ostracismo jornalístico** nos anos posteriores à eleição municipal, produzindo pouquíssimas notas e pequenas críticas em seus editoriais sobre a administração de Carlos Mangabeira.

Por outro lado, o jornal **O Dever**, como órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense de Bagé, como era de se esperar, frente à sonolência do periódico oposicionista bageense, tratou de escrever vários editoriais em alusão ao governo municipal. Porém, nos meses de abril de 1926, 1927 e 1928, os editoriais exaltavam os avanços ocorridos no governo de Carlos Mangabeira na administração municipal de Bagé. Dentre estes vários editoriais, a notícia de abril de 1927, é extremamente relevante neste aspecto:

Dois annos que representam dez!

Com geraes applausos da imprensa e do povo, o dr. Carlos mangabeira attinge, amanhã, o 2º anniversario de administração municipal, em que emprehendeu e consolidou oras dignas do alto conceito das administrações republicanas. Abriram-se estradas, aformosou-se a cidade, ampliou-se o ensino, e tudo isso, a par da segurança da ordem, mostra os fructos de uma boa e intelligente operosidade. [...] quem se norteia por um ideal nobilíssimo de alevantamento moral e material há de, por força, mesmo sob a angustia premente do tempo escasso cumprir, fielmente, os compromissos múltiplos, assumidos pelo perante o povo. [...] O dr. Carlos Mangabeira fez muito e fez bem todo o muito que emprehendeu; não deixou uma iniciativa esboçada para tomar outra; houve um arranque simultâneo, um arremesso hercúleo sobre todos os pontos do programma, [...] Alem do mais, e para terminar esta commemoração de anniversario do governo intelligente, operoso e honesto, Bagé terá o seu theatro, alem da Banda Municipal. (O Dever, 10 de abril de 1927, p. 01)

De certa forma, o silenciamento e a apatia verificada nas páginas do jornal **Correio do Sul**, nos anos posteriores a eleição municipal de 1925, está intimamente ligada às preocupações dos Federalistas de Bagé no processo de reorganização interna do antigo Partido Federalista no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta reacomodação ideológica do Partido Federalista desenvolveu-se efetivamente após a Revolução de 1923 e a assinatura do Pacto de Paz, onde as cisões internas foram verificadas com maior veemência, entre dois grupos, os que defendiam as “novas” reformas da Aliança Liberal, tuteladas nas figuras de Assis Brasil e Raul Pilla, e os que reafirmavam as heranças políticas do federalismo histórico sustentadas pelo advogado pedritense Demétrio Xavier e pelo diretório federalista de Santana do Livramento. (Franco, 2006).

Sendo assim, podemos concluir que efetivamente após a eleição de Carlos Mangabeira em fevereiro de 1925, iniciou-se um processo de fragilização da política do Partido Republicano Bajeense. A falta de líderes carismáticos locais no PRR, a ausência

de um discurso uníssono, o paulatino afastamento da ortodoxia castilhistaborgista e a existência de querelas internas, somados ao nascimento do Partido Libertador em 1928, possibilitaram o desmantelamento da hegemonia partidária republicana em Bagé no limiar da década de 1930.

Em relação a estas considerações, o pensamento de Axt (2007: 126-127) corrobora nas nossas impressões:

Quando, porém, a disputa tornava-se por demais acirrada, trazendo ameaças à ordem pública, ou quando uma facção tornava-se excessivamente poderosa e ensaiava escapar ao controle, o poder central estadual operava intervenções nos municípios. Embora tenham acontecido com relativa freqüência, eram processos traumáticos, que ofendiam a autonomia local. Por isso mesmo, havia com que uma obsessão em revesti-las de uma aparência de formalidade jurídica. A freqüência e a amplitude com que essas intervenções passaram a se dar corroeram a legitimidade do regime [...], pois a cada intervenção, produzia-se uma cisão. Além disso, a presença continuada de intendentes provisórios nos municípios contribuiu para a desmobilização do partido e o seu enfraquecimento.

De certa forma, o final do período da República Velha representa o fim do castilhismo como doutrina política no Estado do Rio Grande do Sul, mas por outro lado, inaugura o modelo borgiano de intervenção estatal e novas fórmulas de composição políticas e partidárias no Brasil pelas mãos de Getúlio Vargas.

REFERÊNCIAS

AXT, Gunter. *Constitucionalidade em debate: a polêmica carta estadual de 1891*. In: Revista Justiça & História. Porto Alegre, Volume 2, Nº 3, 2002. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n3/doc/13-Gunter_Axt.pdf. Acesso em 10/05/2013.

_____. *Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder*. In: História Geral do Rio Grande do Sul (1889-1930). 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo I.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. *O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CORSETTI, Berenice. *Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: Uma Abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos*. UNÍrevista - Vol. 1, nº 1: 32-46 (janeiro 2006).

FARIA FILHO, L. M. *O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX – uma introdução*. In: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JR, Décio. (Org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia/MG; Campinas/SP: EDUFU; Autores Associados, 2002. p. 133-150.

FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, República Velha (Tomo I).

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. “*Persona*” – Des. Antonio Augusto Borges de Medeiros. In: AJURIS – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: n. 74, ano XXV, novembro/1998, p. 432-444.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX*. In: *Novos temas em história da educação no Brasil. Instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. *Bagé: A Imprensa partidária e a Guerra Civil de 1923*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo: UPF, 2010. Orientação: Profº Drº Luiz Carlos Tau Golin.

NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro*. Campinas, SP: Editora Alínea, 1998.

NÓVOA, Antonio. (coord). *A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português*. In: *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

PEZAT, Paulo. *Leituras e interpretações de Auguste Comte*. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo II.

PIMENTEL, Alessandra. *O Uso da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, nov./ 2001.

Artigo recebido em 15/04/2014

Artigo aceito em 10/10/2014